



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## Estado de São Paulo

Gabinete JLS

### **REQUERIMENTO Nº 083/2026**

**ASSUNTO:** Requer informações complementares com análise comparativa de inconsistências, apresentação de documentos, identificação de responsáveis e encaminhamento aos órgãos de controle acerca da locação do imóvel destinado à “Cidade da Saúde” – Inexigibilidade nº 004/2026.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para que, por intermédio das Secretarias competentes, preste informações detalhadas, acompanhadas de documentação comprobatória integral, em razão das inconsistências verificadas na resposta ao Requerimento nº 029/2026, formalizada por meio do Ofício nº 4343/2026-05.

43432026-05 COMPLETA REQ 029 - JORGE.

#### ANÁLISE COMPARATIVA DAS INCONSISTÊNCIAS

##### 1. REGULARIDADE SANITÁRIA

Evidência:

O Executivo informa que a regularidade sanitária encontra-se “em verificação”.

43432026-05 COMPLETA REQ 029 - JORGE.

Critério legal:

Art. 196 da Constituição Federal

Lei nº 6.437/1977

Normas da ANVISA

Exigência:

Licença sanitária prévia ao funcionamento.

Conclusão:

Indício de funcionamento sem validação sanitária, em desacordo com a legislação.

##### 2. ANÁLISE DE RISCO OCUPACIONAL

Evidência:



## Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

Avaliação de riscos realizada após o início das atividades.

43432026-05 COMPLETA REQ 029 - JORGE.

Critério:

NR-01 (Gerenciamento de Riscos)

Exigência:

Avaliação prévia obrigatória.

Conclusão:

Inversão do procedimento técnico, com risco aos servidores.

### 3. JUSTIFICATIVA DE ECONOMICIDADE

Evidência:

Alegação genérica de economicidade, sem comprovação documental.

43432026-05 COMPLETA REQ 029 – JORGE.

Critério:

Lei nº 14.133/2021:

Art. 11 (planejamento)

Art. 18 (ETP)

Art. 23 (estimativa)

Exigência:

Demonstração objetiva de vantajosidade.

Conclusão:

Justificativa não comprovada.

### 4. CONTRADIÇÃO – USO DE IMÓVEL PRÓPRIO

Evidência:

Serviços como o setor de fisioterapia funcionavam em imóvel público (Rua Alexandre Marion, nº 501).

Critério:

Art. 37 da CF (eficiência)

Lei nº 8.429/1992 (art. 10)

Exigência:

Uso racional do patrimônio público.



## Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

Conclusão:

Possível substituição de custo zero por despesa contínua.

### 5. MUDANÇA DE DESTINAÇÃO DO IMÓVEL

Evidência:

Uso anterior educacional → atual uso em saúde.

43432026-05 COMPLETA REQ 029 - JORGE.

Critério:

Normas técnicas e de segurança.

Exigência:

Revalidação estrutural, sanitária e de segurança.

Conclusão:

Ausência de comprovação técnica.

### 6. TRANSPARÊNCIA

Evidência:

Documentos não disponíveis integralmente.

Critério:

Lei nº 12.527/2011

Exigência:

Transparência ativa.

Conclusão:

Possível violação ao dever de publicidade.

II- DOS REQUERIMENTOS (COM RESPOSTA OBRIGATÓRIA E DOCUMENTADA)

#### 1. SANITÁRIO

- a) Apresentar licença sanitária vigente;
- b) Informar se houve vistoria prévia;
- c) Justificar eventual funcionamento sem licença;
- d) Encaminhar todos os laudos.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## Estado de São Paulo

### 2. SEGURANÇA

- a) Apresentar AVCB atualizado para o uso atual;
- b) Informar capacidade de ocupação;
- c) Comprovar compatibilidade com o fluxo.

### 3. MUDANÇA DE USO

- a) Encaminhar aprovação formal da alteração;
- b) Apresentar laudo estrutural;
- c) Comprovar adequação ao uso em saúde.

### 4. ECONOMICIDADE

- a) Apresentar planilha comparativa de custos;
- b) Demonstrar vantajosidade da locação;

#### CASO ESPECÍFICO – FISIOTERAPIA

- c) Justificar a saída do imóvel público da Rua Alexandre Marion, nº 501;
- d) Informar custo anterior e atual;
- e) Informar a situação atual do imóvel público.

### 5. CONTRATAÇÃO

- a) Encaminhar Estudo Técnico Preliminar;
- b) Avaliação imobiliária;
- c) Parecer jurídico;
- d) Informar critérios de escolha do imóvel.

### 6. RISCOS OCUPACIONAIS

- a) Justificar análise posterior;
- b) Encaminhar PGR;
- c) Informar riscos atuais.

### 7. ACESSIBILIDADE

- a) Apresentar laudo conforme NBR 9050.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## Estado de São Paulo

### 8. TRANSPARÊNCIA

- a) Justificar ausência de documentos no portal;
- b) Informar link completo do processo.

### 9. RESPONSABILIZAÇÃO

Informar nominalmente:

Autoridade que autorizou;

Responsável técnico;

Responsável sanitário;

Ordenador de despesa.

### 10. MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS

Encaminhar parecer técnico formal e assinado de:

Secretaria de Saúde

Secretaria de Administração e Finanças

DEESMT

#### III – DOS ENCAMINHAMENTOS

Encaminhar cópia integral ao:

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP

Ministério Público do Estado de São Paulo

Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo

#### IV – JUSTIFICATIVA FINAL (COMPARATIVA)

A resposta apresentada não atende às exigências legais, uma vez que:

Onde a legislação exige documentação, foram apresentadas declarações;

Onde se exige análise prévia, houve atuação posterior;

Onde se exige planejamento técnico, há justificativa genérica;

Onde se exige economicidade comprovada, há indícios de aumento de custo;

Configurando, em tese:



## Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

Violação ao art. 37 da Constituição Federal;  
Descumprimento da Lei nº 14.133/2021;  
Possível enquadramento na Lei nº 8.429/1992;

### V – CONCLUSÃO


Os fatos indicam possível:

Falha grave de gestão;

Risco à saúde pública;

Potencial dano ao erário;

Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, 30 de março de 2026

  
\_\_\_\_\_  
**VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA**

PROTOCOLO 00287/2026

06/04/2026

**APROVADO** - Favoráveis : 12- Contrários:0 -07/04/2026